

EDITAL Nº 16/2026 - XXVIII JORNADA JURÍDICA

ABERTURA PARA SUBMISSÃO DE PÔSTERES E ARTIGOS CIENTÍFICOS

O Reitor do Centro Universitário Fibra, credenciada pela Portaria Nº 55, de 14 de janeiro de 2020, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento, por intermédio da Coordenação do Curso de Direito juntamente com a Comissão Científica da **XXVIII JORNADA JURÍDICA**, em parceria com as Ligas Acadêmicas **LADIM**, **LAED** e **LATID**, convidam o público em geral, alunos de graduação e de pós-graduação, egressos da Fibra e pesquisadores, para submissão de Posteres e/ou Artigos para o evento, que será realizado no dia **21 de outubro de 2026**, com o tema **Direito, Inteligência Artificial e Transformação da Justiça**.

1. DA APRESENTAÇÃO DO EVENTO

A Jornada Jurídica consolida-se historicamente como um espaço primordial para o debate crítico e aprofundado acerca de temas contemporâneos que impactam a ordem jurídica e a sociedade.

Em sua 28ª edição, sob o eixo temático "**Direito, Inteligência Artificial e Transformação da Justiça**", o evento convida a comunidade acadêmica e profissional a refletir sobre os impactos disruptivos da revolução tecnológica, a automação dos sistemas judiciais, a ética algorítmica, a proteção de dados e o futuro das profissões jurídicas em um cenário de reconfiguração digital.

2. DA SUBMISSÃO DOS TRABALHOS

- **Público-Alvo:** Poderão submeter trabalhos docentes, discentes de graduação e pós-graduação, egressos e profissionais do Direito ou de áreas afins.
- **Postagem no portal:** O trabalho deverá ser submetido exclusivamente por via eletrônica no portal do evento (após inscrição) por meio do link:
<https://fibrapara.net/eventos/index.php/direito/28-jj-submissao>
- **Limites de Autoria:** O número máximo de autores por trabalho é de **03 (três)**, incluindo o orientador, caso haja. Um dos autores deve figurar como o responsável pela submissão.
- **Limites de Trabalhos por Autor:** Cada participante poderá submeter no máximo **03 (três) trabalhos** por modalidade, seja na condição de autor ou coautor, ressalvada a atuação de docentes orientadores da instituição.
- **Ineditismo e Correções:** Não se exige o ineditismo estrito do trabalho, desde que não tenha sido publicado de forma idêntica em edições anteriores deste evento. Após a submissão final, não serão permitidas substituições ou alterações de conteúdo.

3. DA INSCRIÇÃO

A inscrição poderá ser feita no período de 6 de julho a 16 de outubro de 2026, por meio do link <https://fibrapara.net/eventos/index.php/direito/28-jornada-juridica>, conforme lotes abaixo:

1º LOTE (até 18.09.2026) - R\$50,00 para alunos e egressos da Fibra;

R\$60,00 para alunos de outras IES e profissionais.

2º LOTE (de 19 a 09.10.2026) - R\$60,00 para alunos e egressos da Fibra;

R\$80,00 para alunos de outras IES e profissionais.

3º LOTE (de 10 a 21.10.2026) - R\$70,00 para alunos e egressos da Fibra;

R\$100,00 para alunos de outras IES e profissionais.

4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de etapas para a realização do certame obedecerá aos seguintes períodos fixados:

Etapa do Processo	Período / Data Limite
Período de Submissão de Trabalhos (artigos e posters)	De 6 de julho a 18 de setembro de 2026 (até 23:59h)
Período de Avaliação Científica	21 de setembro a 15 de outubro de 2026
Divulgação dos Trabalhos Aprovados	Até o dia 16 de outubro de 2026 (no site oficial, via e-mail e/ou quadro de aviso)
Apresentação e Exposição dos Trabalhos	21 de outubro de 2026 (Turnos Manhã, Tarde e Noite)

5. DOS REQUISITOS, FORMATAÇÃO DAS MODALIDADES E H/C

5.1. Modalidade: Artigo Científico

- **Formatação Geral:** O texto deve ser enviado em formato **.pdf**, configurado em papel tamanho A4 (**ANEXO I**), fonte Arial (tamanho 12), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As margens devem possuir 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita). O artigo para exposição deverá ser impresso em papel A3 (posição vertical), folhas grampeadas na parte superior, com um cordão para pendurar ou pregadores para fixação em grade.
- **Extensão:** Conter o mínimo de 10 e o máximo de 20 laudas computadas.

- **Elementos Iniciais:** Deve apresentar o título em letra maiúscula, em negrito; em caso de subtítulo, após os dois pontos deverá a primeira letra iniciar com maiúscula; conter breve resumo (10 linhas no máximo) e palavras-chave (de 3 a 5 palavras).
- **Estrutura Interna:** Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise/Discussão dos Resultados e Referências conforme a padronização normativa da ABNT.

5.2. Modalidade: Pôster

O pôster constitui uma ferramenta visual sintética para a propagação de pesquisas concluídas ou em andamento.

- **Formato:** Arquivo digital elaborado em software de apresentação (Power Point, Canva ou similar) e salvo obrigatoriamente em formato **.pdf**, com tamanho máximo de até 3MB. O poster para exposição deverá ter 1,10m de altura x 90cm de largura (posição vertical), preferencialmente de vinil, com um cordão na parte superior para pendurar.
- **Conteúdo Obrigatório:** Título em destaque (letras maiúsculas), nome dos autores e respectivas instituições de vínculo, seguidos da linha de pesquisa escolhida e 03 (três) palavras-chave.
- **Estrutura do Corpo do Pôster:** Deverá conter, de forma estrita, os seguintes tópicos:
 1. **Introdução:** Contextualização do tema abordado.
 2. **Problema de Pesquisa:** A questão investigada que move o estudo.
 3. **Objetivo:** A finalidade do trabalho acadêmico.
 4. **Método:** Estratégias e metodologias científicas adotadas.
 5. **Resultados Alcançados:** As contribuições obtidas na pesquisa.
 6. **Referências:** Listadas de acordo com as normas vigentes da ABNT.

5.3 Das Horas Complementares

Cada trabalho aprovado e exposto ensejará no crédito de carga horária (código 12 do Regulamento da Fibra):

- **Artigo:** 10h para cada autor/coautor por artigo;
- **Pôster:** 2h para cada autor/coautor por poster.

6. DOS NÚCLEOS TEMÁTICOS (LINHAS DE PESQUISA)

Os trabalhos submetidos deverão alinhar-se obrigatoriamente a um dos seguintes núcleos transversais focados na tecnologia e inovação jurídica (**ANEXO II**).

7. DA AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E PREMIAÇÃO DOS TRABALHOS

7.1 Da Avaliação

- **Banca Examinadora:** A avaliação técnica será exercida de forma soberana pelos membros do Comitê Científico do evento (**ANEXO III**).
- **Direitos Humanos e Ética:** Serão sumariamente desclassificados e rejeitados quaisquer trabalhos que propaguem ou estimulem ideias discriminatórias (vertentes raciais, étnicas, religiosas, de gênero, idade ou orientação sexual), ou que incitem a violação frontal dos direitos humanos.
- **Irrecorribilidade:** Das decisões proferidas pelo Comitê Científico ou de Ética não caberá qualquer espécie de recurso administrativo.

7.2 Da Pontuação para Classificação

Os trabalhos serão pontuados com base em critérios de atualidade e relevância temática, consistência teórica e metodológica, clareza dos objetivos, alcance da conclusão, adequação gramatical e rigor nas citações normativas (**ANEXO IV**).

7.3 Da Premiação

a) Artigos

1º lugar: R\$600,00 (seiscentos reais)
2º lugar: R\$500,00 (quinhentos reais)
3º lugar: R\$400,00 (quatrocentos reais)
4º lugar: R\$300,00 (trezentos reais)
5º lugar: R\$200,00 (duzentos reais)

b) Posterres

1º lugar: R\$300,00 (trezentos reais)
2º lugar: R\$200,00 (duzentos reais)
3º lugar: R\$100,00 (cem reais)

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A frequência será aferida em cada evento por meio de leitura do QRCODE, pelo celular ou impresso. É de inteira responsabilidade de cada inscrito expor à equipe organizadora o QRCODE recebido por e-mail para leitura.

8.2 Os certificados serão disponibilizados ao final da jornada aos que tiverem feito o credenciamento, e a leitura do QRCODE em cada evento.

8.3 Ao término da XXVIII Jornada Jurídica, os certificados ficarão disponíveis no seguinte link: <https://fibrapara.net/eventos/index.php/meus-eventos>.

8.4 Os alunos da Fibra não precisarão protocolar os certificados para fins de crédito de horas de complementares.

8.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Direito, ouvida a Pró-reitoria Acadêmica.

Belém/PA, 6 de julho de 2026.

Comissão Organizadora e Científica

(Modelo de PÔSTER, em 2 colunas)



TÍTULO DO TRABALHO

AUTORES: Fulano, Ciclano e Beltrano

ORIENTADOR: Professor Dr xxxxxx

INTRODUÇÃO:

Deverá conter uma contextualização acerca do tema de pesquisa visando introduzir o conteúdo a ser abordado.

Listar as referências citadas no texto de acordo com as normas da ABNT.

PROBLEMA DE PESQUISA:

Caracterizar o objeto de discussão, a questão não respondida a ser investigada. Introduz à justificativa ao objetivo do trabalho.

OBJETIVO:

Responder à que se propõe o trabalho em questão.

MÉTODO:

Quais são as estratégias e metodologias a serem adotadas para alcançar tais objetivos.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Apresentar a contribuição da pesquisa, com resultados frente aos objetivos dela.

REFERÊNCIAS:

ANEXO II

LINHAS DE PESQUISA - Ementas

TEMA: Direito, Inteligência Artificial e Transformação da Justiça

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Refletir sobre: Os impactos da Inteligência Artificial (IA) e do aprendizado de máquina (*machine learning*) nos direitos e garantias fundamentais. A proteção da privacidade e dos dados pessoais na era do *Big Data*. Análise de vieses algorítmicos e o combate à discriminação automatizada. O direito à explicação das decisões automatizadas e o princípio da transparência. Os limites éticos e jurídicos do uso de tecnologias de reconhecimento facial e vigilância em massa.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO E ACESSO À JUSTIÇA

Refletir sobre: A implementação da IA no âmbito do Poder Judiciário e seus reflexos no acesso à justiça. O papel das *Lawtechs* e *Legaltechs* na modernização dos serviços jurídicos. Cortes online, mediação e arbitragem mediadas por algoritmos (ODR - *Online Dispute Resolution*). O uso de jurimetria e predição de decisões judiciais. Desafios processuais da automação: o princípio do juiz natural, o devido processo legal e o direito ao contraditório frente a decisões algorítmicas.

RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL NA ERA DA IA

Refletir sobre: A atribuição de responsabilidade jurídica por danos causados por sistemas autônomos (veículos autônomos, robôs cirurgiões, *drones*). A teoria do risco e a inteligência artificial. Personalidade jurídica eletrônica: debates e viabilidade. Crimes cibernéticos complexos, *deepfakes* e a manipulação da prova no processo penal. A utilização de IA preditiva na segurança pública e no direito penal: o *predictive policing* e seus riscos para a presunção de inocência.

DIREITO DO TRABALHO, PLATAFORMIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO TECNOLÓGICA

Refletir sobre: O impacto da automação e da IA no mercado de trabalho. A substituição da mão de obra humana e as políticas de requalificação. O trabalho sob demanda por meio de plataformas digitais (uberização) e a reconfiguração do vínculo empregatício. O meio ambiente do trabalho digital: direito à desconexão, teletrabalho, controle algorítmico do trabalhador e a proteção da saúde mental na sociedade informacional.

PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E IA

Refletir sobre: Os desafios do Direito Autoral e da Propriedade Industrial frente às obras literárias, artísticas e científicas geradas de forma autônoma por IA (como textos, imagens e códigos). A titularidade de patentes para invenções desenvolvidas por sistemas de inteligência artificial. O uso de bases de dados protegidas para o treinamento de modelos de linguagem (LLMs) e a doutrina do *fair use*. O fomento à inovação tecnológica em equilíbrio com o interesse público.

GOVERNANÇA DE DADOS, REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Refletir sobre: Os marcos regulatórios da Inteligência Artificial no Brasil e no mundo (Direito Comparado). A necessidade de regulação estatal *versus* a autorregulação do setor de tecnologia. *Compliance* digital, auditoria algorítmica e a responsabilidade corporativa. A formulação de políticas públicas voltadas à inclusão digital e ao letramento tecnológico. O uso de IA pela Administração Pública na prestação de serviços, licitações, cidades inteligentes (*smart cities*) e a eficiência da gestão estatal.

JUSTIÇA SOCIAL, DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E VULNERABILIDADES

Refletir sobre: O impacto da inteligência artificial na ampliação ou mitigação das desigualdades sociais. Racismo algorítmico, sexismo e discriminação interseccional em sistemas automatizados. O papel do Direito na proteção de grupos vulneráveis face ao uso de tecnologias preditivas (concessão de crédito, triagem em serviços públicos e privados). A exclusão digital material e o analfabetismo tecnológico como novas barreiras ao pleno acesso à justiça.

FILOSOFIA DO DIREITO, TEORIAS DA JUSTIÇA E A DECISÃO AUTOMATIZADA

Refletir sobre: Os fundamentos filosóficos da ideia de justiça frente à delegação da tomada de decisão às máquinas. O debate sobre o "juiz robô", o solucionismo tecnológico e o risco de desumanização do processo judicial. A racionalidade algorítmica matemática *versus* a equidade, a prudência e a empatia humana na aplicação do Direito. O conceito de justiça procedimental na era digital.

JUSTIÇA CRIMINAL, ESTADO POLICIAL E VIGILÂNCIA TECNOLÓGICA

Refletir sobre: A transformação do sistema de justiça criminal a partir do policiamento preditivo (*predictive policing*) e do uso massivo de dados. O uso de biometria, reconhecimento facial e rastreamento em tempo real na segurança pública e na persecução penal. O risco de legitimação tecnológica de preconceitos estruturais, o encarceramento seletivo e o impacto no princípio da presunção de inocência. Criminologia crítica e o tecno-autoritarismo.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NA ERA DIGITAL

Refletir sobre: A intersecção entre a tecnologia e os meios consensuais e humanizados de solução de conflitos. O *design* de sistemas de disputas online (ODR) e a gamificação da justiça. O limite da intervenção algorítmica na mediação e na justiça restaurativa: como equilibrar a eficiência e celeridade das plataformas digitais com a necessidade de preservação do diálogo humano, do acolhimento e da reconstrução de laços sociais.

JUSTIÇA CLIMÁTICA, SOCIOAMBIENTALISMO E TECNOLOGIA

Refletir sobre: O uso da inteligência artificial no monitoramento, prevenção e punição de danos ambientais. Tecnologias de satélite e *Big Data* como ferramentas de governança ambiental global. A "pegada de carbono" da IA: os limites éticos e jurídicos e os impactos socioambientais gerados pela extração de recursos e consumo de energia para o treinamento de grandes modelos e manutenção de *data centers*.

DIREITO AMAZÔNICO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SOBERANIA DIGITAL

Refletir sobre: A aplicação da inteligência artificial na proteção da biodiversidade e dos saberes tradicionais. O monitoramento de terras indígenas, rios e unidades de conservação por meio de sistemas automatizados e georreferenciamento. A soberania de dados na região e o combate à biopirataria digital. O papel da inovação tecnológica na promoção de uma compreensão inicial e avançada do desenvolvimento sustentável local.

DIREITO ELEITORAL, DEMOCRACIA E ALGORITMOS

Refletir sobre: O impacto da inteligência artificial no processo eleitoral e na formação da vontade do eleitor. O uso de *deepfakes*, robôs (*bots*) e desinformação automatizada em campanhas políticas. A regulação das plataformas digitais e a moderação de conteúdo. O uso de IA pela Justiça Eleitoral para o cruzamento de dados e combate a fraudes estruturais.

DIREITO TRIBUTÁRIO, JURIMETRIA E ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Refletir sobre: A utilização da inteligência artificial e do cruzamento massivo de dados pelas Secretarias de Fazenda e Receita Federal. O impacto da automação no lançamento tributário, na malha fina e nas execuções fiscais. Os direitos do contribuinte frente às autuações geradas por algoritmos. O uso da jurimetria para o planejamento tributário corporativo e a eficiência arrecadatória.

ANEXO III

Comissão Científica por Área

ÁREA	LINHA DE PESQUISA	GRUPOS DE TRABALHOS (Professores)
Ambiental, Agrário e Urbanístico	• JUSTIÇA CLIMÁTICA, SOCIOAMBIENTALISMO E TECNOLOGIA • DIREITO AMAZÔNICO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SOBERANIA DIGITAL	Adriana, Elden, Natália
Civil e Digital	• RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL NA ERA DA IA	Ana Luiza, Christine, Eduardo, Luiz Felipe, Medrado
Constitucional e Administrativo	• INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS • GOVERNANÇA DE DADOS, REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS • DIREITO ELEITORAL, DEMOCRACIA E ALGORITMOS	Alisson, Eduardo, Luiz Felipe, Elden, Natalia
Empresarial, Consumidor, Previdenciário	• PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E IA	Camile, Elida, Felipe, Eduardo, Luiz Felipe, Magno, Marcia Bandeira, Renato, Ubiratan, Yara
IED, Ética, Filosofia, Hermeneutica, Direitos Humanos	• FILOSOFIA DO DIREITO, TEORIAS DA JUSTIÇA E A DECISÃO AUTOMATIZADA	Adriana, Alisson, Elden, Paulo Rogerio, Shelley
Penal	• JUSTIÇA CRIMINAL, ESTADO POLICIAL E VIGILÂNCIA TECNOLÓGICA • RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL NA ERA DA IA	Ana Luiza, Guilherme, Paulo Rogério, Robson, Romulo, Shelley
Processo Civil	• TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO E ACESSO À JUSTIÇA	Bruno, Eduardo, Luiz Felipe, Guilherme, Marcia Valeria
Sociologia, Antropologia, Economia	• JUSTIÇA SOCIAL, DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E VULNERABILIDADES • JUSTIÇA RESTAURATIVA E RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NA ERA DIGITAL	Adriana, Alisson, Paulo Rogério, Yara
Trabalho e Processo do Trabalho	• DIREITO DO TRABALHO, PLATAFORMIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO TECNOLÓGICA	Luiz Renato, Nizomar, Tiago Megale
Tributário, Financeiro	• DIREITO TRIBUTÁRIO, JURIMETRIA E ADMINISTRAÇÃO FISCAL	Jan, Felipe, Elden

ANEXO IV

Ficha de Avaliação de Trabalhos Científicos (Artigos e Pôsteres)

Identificação do Trabalho

- **Número/ID do Trabalho:**
- **Título:**
- **Modalidade:** () Artigo Científico () Pôster
- **Avaliador(a):**

Planilha de Pontuação

Critérios de Julgamento	Descrição do Critério para Avaliação	Pontos	Pontos Atribuídos
1. Atualidade e relevância temática	O tema abordado é contemporâneo, inovador e demonstra impacto e pertinência para a área jurídica e para o eixo temático do evento.	2,0	
2. Consistência teórica e metodológica	A pesquisa apresenta fundamentação teórica sólida e utiliza métodos adequados e bem descritos para a investigação do problema.	2,0	
3. Clareza dos objetivos	O objetivo da pesquisa é claro, preciso e diretamente articulado com o problema de pesquisa e o título do trabalho.	1,5	
4. Alcance da conclusão	A conclusão (ou resultados alcançados) responde de forma satisfatória ao problema levantado e dialoga coerentemente com os objetivos propostos.	1,5	
5. Adequação gramatical	O texto apresenta fluidez, coesão, coerência e obedece rigorosamente às regras da norma culta da Língua Portuguesa.	1,5	
6. Rigor nas citações normativas	O trabalho segue estritamente a padronização das normas vigentes da ABNT para citações, referências bibliográficas e formatação.	1,5	
PONTUAÇÃO TOTAL	Somatório de todos os critérios avaliados.	10	

Parecer Final do Avaliador

() **APROVADO** (Atingiu a pontuação mínima exigida de 7,0 pontos)

() **NÃO APROVADO** (Não atingiu a pontuação mínima ou incorreu em critérios de desclassificação)

Comentários adicionais (opcional):

(Espaço reservado para o avaliador destacar pontos fortes do trabalho ou justificar descontos significativos na nota).